



EDUCAÇÃO

Os R\$ 50 milhões repassados pela Capes aos pesquisadores — parte dos R\$ 460 milhões desbloqueados na quinta-feira — não são suficientes para sustentar aquele que faz do estudo um meio de trabalho

Ginástica para viver sem a bolsa do MEC

» TAINÁ ANDRADE

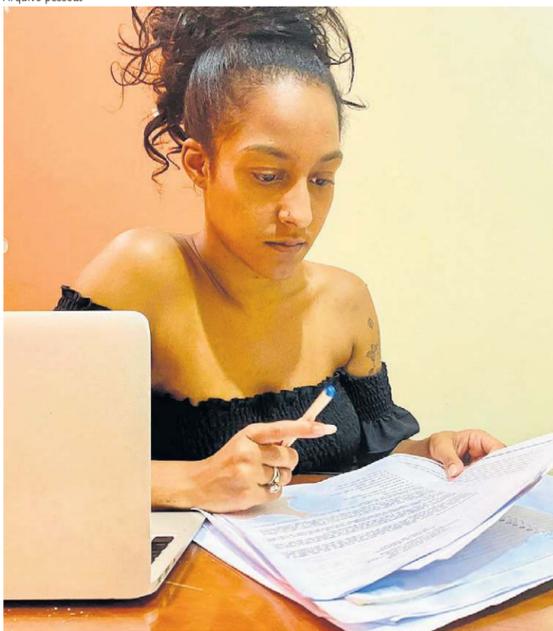
Apesar dos R\$ 50 milhões liberados ao Ministério da Educação (MEC) para o pagamento das bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) — parte dos R\$ 460 milhões desbloqueados na quinta-feira —, nem todos os pesquisadores receberam o salário. Mestrandos e doutorandos continuam fazendo malabarismo para se manterem dentro do orçamento de dezembro até, pelo menos, a próxima terça-feira, data prevista pelo ministro Victor Godoy para regularizar a situação.

O MEC deve, ainda, cerca de R\$ 155 milhões para quitar a dívida com a Capes. Porém, quanto maior o atraso, pior é o descompasso entre as exigências impostas aos bolsistas e a responsabilidade do ministério em garantir a cobertura financeira das despesas dos acadêmicos. Afinal, quem escolhe a pesquisa abre mão de vínculos empregatícios.

Jaqueline Rocha Oliveira, de 35 anos, fez essa opção no início do ano, quando passou para o doutorado em Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ao comparar o valor do salário como professora da Rede Estadual de Educação de Minas — função que ocupava há seis anos — com a bolsa da Capes, ela preferiu se aperfeiçoar. A bolsa tornou-se sua fonte de renda.

“Mudei minha vida toda para me dedicar à pesquisa. Foi um choque grande, porque não estávamos esperando o corte (dos recursos). É minha fonte de renda”, explicou.

Arquivo pessoal



Mayrla diz que sem a bolsa é impossível tocar o projeto da comunidade

A desvalorização dos pesquisadores é uma das maiores frustrações de quem se dedica ao estudo, segundo Sara Soares, 25 anos, aluna do mestrado no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). “A gente tem data para entregar qualificação, para férias, para entregar dissertação, mas não tem a reciprocidade no nosso pagamento. Esse é o nosso trabalho. A gente está fazendo pesquisa, se dedica aquilo. Só

que não tem respeito e consideração”, criticou.

Pedido

Apesar de ser precavido e conseguir economizar algo, Wagner Carlos de Alcantara Carvalho, 25 anos — doutorando em biotecnologia industrial, na Universidade Tiradentes (Unit), em Aracaju (SE), em 2009 —, selecionou algumas despesas para negociar o pagamento para o próximo mês. Isso porque não recebeu, ainda, a bolsa de dezembro.

Arquivo pessoal



Jaqueline trocou o magistério pela pesquisa e agora está sem dinheiro

“Informei às pessoas que pago mensalmente e pedi compreensão. Muitos colegas não conseguem fazer essa reserva e estão desesperados, porque temos compromissos”, disse.

Mãe solo, negra e artista, Mayrla Silva, 26 anos, tem a própria empresa de comunicação, mas decidiu entrar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) em Linguagens e Artes para aplicar um projeto de pesquisa prática em uma escola uma pública da comunidade

onde vive, no Vale do Amanhecer (DF). Ela foi uma das 100 mil pessoas que teve o pagamento depositado na primeira leva de repasses feita pelo MEC, mas, mesmo assim, teve que negociar prazos e pedir ajuda da família para adiantar algumas contas.

“Sem a bolsa ou com atrasos, será impossível dar seguimento ao meu projeto, e quem perde é minha comunidade”, lamenta. **(Colaborou Isabel Dourado, estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi)**

VIOLÊNCIA

Jefferson torna-se réu por atacar agentes

» FABIO GRECCHI

O ex-deputado Roberto Jefferson agora é réu por tentativa de homicídio contra os agentes da Polícia Federal (PF) que foram prendê-lo, em 23 de outubro, por descumprimento das regras da prisão domiciliar, no sítio em que vivia no município de Comendador Levy Gasparian (RJ). A Justiça Federal aceitou, ontem, a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-deputado.

De acordo com a denúncia dos procuradores da República Charles Stevan da Mota Pessoa e Vanessa Seguezzi, “consta nos autos ter sido preso em flagrante, no dia 23 de outubro de 2022, por volta das 19h15, em sua residência localizada em Comendador Levy Gasparian-RJ, o ora denunciado Roberto Jefferson, porque, dolosamente e conscientemente da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, tentou matar quatro policiais federais, com emprego de explosivo e de meio de que resultou perigo comum”.

De acordo com o MPF, Jefferson “usou como meio recurso que dificultou a defesa de autoridade e agentes no exercício da função descritos no artigo 144 da Constituição Federal e com emprego de arma de fogo de uso restrito, cujos resultados (mortes) não se consumaram por circunstâncias alheias à sua vontade”.

Para a juíza Abby Ilharco Magalhães, da 1ª Vara Federal de Três

Reprodução / TV Globo



Ex-deputado chega preso à sede da PF, na zona portuária do Rio, após se render. Ele responderá por vários crimes

Rios, que julgará o caso, “houve por parte do investigado ao menos a assunção do risco de resultado(s) morte, caracterizando-se, assim, a modalidade dolosa para fins de delimitação da competência constitucionalmente atribuída ao Tribunal

do Júri. (...) Há indicativos suficientes de autoria emergem da situação de flagrância, narrada nos depoimentos dos policiais federais que efetivaram as diligências, além da manifestação do próprio acusado em sede inquisitorial” — justificou a

magistrada na decisão em que aceita a argumentação do MPF.

Crimes

Ao todo, Jefferson responderá por quatro tentativas de

homicídio, crime de resistência qualificada, crime de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito e munição de uso permitido e restrito (dois crimes reunidos em um só) e posse de três granadas adulteradas — os artefatos arremessados pelo ex-deputado tinham sido alterados para aumentar o poder letal.

Jefferson resistiu à prisão quando os agentes forma cumprir um mandado expedido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Dias antes, o ex-deputado postou um vídeo nas redes sociais no qual xingava a ministra Cármen Lúcia, também do STF, chegando a ponto de compará-la a uma “prostituta”. Ele estava proibido de fazer publicações na web.

Assim que os agentes anunciaram que tinham ido cumprir um mandado de prisão, Jefferson novamente postou um vídeo no qual afirmava que não se submeteria mais a “humilhações”, que “resistiria” e exortou seguidores a fazerem o mesmo — ou seja descumprir ordem judiciais. Minutos depois, fez contra os policiais federais aproximadamente 50 disparos e lançou duas granadas — o ataque feriu dois agentes.

Horas depois, ele se entregou e confirmou que mantinha os agentes sob a mira da arma que empunhava. Jefferson está preso no complexo penitenciário de Bangu 8.

PLANOS DE SAÚDE

Randolfe questiona ANS sobre aquisição

Vice-presidente da CPI da Covid no Senado em 2021, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) decidiu interceder em uma nova questão relativa à saúde. Na última quarta-feira, ele encaminhou um ofício à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para contestar a aquisição da SulAmérica pela Rede D'Or. No documento, o parlamentar diz ver com “estranheza” a postura da ANS de não impor restrições à operação.

Na avaliação de Rodrigues, a operação entre a Rede D'Or e a SulAmérica pode causar prejuízos “incontáveis” ao consumidor. Ele argumenta que o negócio contribui para a concentração no mercado de saúde privada, culminando na alta de preços dos serviços oferecidos. “Causa real estranheza a quem tem olhos de ver que a ANS permita, sem maiores discussões ou reflexões, a apressada aquisição da gigante SulAmérica pela também gigante Rede D'Or”, observa Rodrigues.

Contestação

O senador contesta a operação da Rede D'Or, que detém 28,98% das ações da Qualicorp, empresa administradora de benefícios. Em uma eventual fusão, segundo o senador, ocorreria uma “verticalização máxima” de serviços, com danos à concorrência e ao consumidor. Rodrigues menciona, inclusive, a resolução normativa 196/2009 da ANS. Segundo ele, o artigo 8º da norma veda a participação de uma administradora de benefícios e de uma operadora de plano de saúde pertencentes a um mesmo grupo econômico. Tal prática é proibida, lembra Rodrigues, a fim de “evitar a fragilização ainda maior do consumidor”.

No ofício, encaminhado ao diretor da ANS, Paulo Rebelo Filho, Randolfe Rodrigues afirma que “não é crível que o consumidor (...) seja exposto e surpreendido por condutas anticoncorrenciais abusivas”.

O parlamentar questiona, também, qual foi a “base normativa” adotada pela agência reguladora para autorizar a aquisição da SulAmérica pela Rede D'Or. E inquire, por fim, qual é o status da operação no âmbito da ANS.

Na próxima segunda-feira, uma reunião da diretoria colegiada da ANS deve tratar do assunto. A agência tem dito que o processo é sigiloso.

» InfoGripe mantém alerta para covid

O novo Boletim InfoGripe, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mantém o alerta para o crescimento dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por covid-19 em todas as faixas etárias, com maior destaque na população adulta. O aumento se observa em estados de todas as regiões do país. A análise mostra que houve um aumento nas tendências de curto (últimas três semanas) e longo prazo (últimas seis semanas). O estudo, referente à Semana Epidemiológica (SE) 48 — de 27 de novembro a 3 de dezembro —, aponta que 23 das 27 unidades da Federação apresentam crescimento moderado de SRAG na tendência de longo prazo até a SE 48.